

O OLHAR DA INCLUSÃO: POSSIBILIDADES DE PESQUISA COM UMA CATADORA DE LIXO

Claudia Megale Adametes*

RESUMO: Este artigo apresenta, em recorte de dissertação de mestrado, os impasses teórico-metodológicos e subjetivos do trabalho de campo realizado com uma catadora de lixo, que pontuam uma crítica a modelos assistenciais de ajuda. A fala dessa catadora nos revela - num movimento de inclusão social possibilitado no universo da relação de pesquisa - os contornos de uma representação social positiva.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão Social; Assistencialismo; Representações Sociais.

Introdução

Fundamentada no caráter excludente de uma pesada herança oligárquica, a pobreza brasileira, manifestação evidente da desigualdade, revela - no cenário contemporâneo - novas e diversas formas de exclusão social. Este conceito associa-se, em primeira instância, à organização de uma ordem sócio-econômica delineada por acelerados processos de automação/otimização industriais e precarização do trabalho que incorrem na redução da oferta e na flexibilização dos postos de empregos desqualificando, para a produção, um contingente cada vez maior de pessoas que passam a ser consideradas economicamente desnecessárias. Do âmbito do consumo, o acesso aos bens essenciais dificulta-se para uma crescente parcela da população que experimenta uma trajetória negativa, na qual o exercício da cidadania, constituído na reivindicação dos direitos sociais, praticamente inexistente.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia à Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Câmpus de Araraquara - 14800-901, SP - sob a orientação da Profa Dra Lucila Scavone.

No campo simbólico, a exclusão produz experiências, tipos de comportamentos que orientam modos de vida - compreendidos como hábitos e práticas que permeiam os campos sociais - na integração do homem em seu espaço social: um indivíduo se constrói a partir de vários aspectos de sua condição (cultural, psicológica, ideológica, histórica, etc.) e não somente por categorias econômicas. Na interseção dos universos material e subjetivo, entre as condições materiais de vida e o agir dos grupos, nossa percepção da exclusão orienta-se na perspectiva da vida privada, carregada de significados e nuances não inscritas, de antemão, na esteira das determinações estruturais (Kowarick, 1991). Tal viés - que demarca fortemente as linhas gerais desta pesquisa - extrapola paradigmas de explicação estáticos, perpassando os vários processos de elaboração das identidades individuais e coletivas no questionamento a um modelo de cidadania ancorado no eixo temático trabalho formal-acesso a direitos sociais.

Na perspectiva da articulação destas idéias, este artigo apresenta os meandros do trabalho de campo com uma catadora de lixo que vivenciou constantes processos de exclusão morando e trabalhando no lixão do município de Araraquara por cerca de vinte anos. Mediante os impactos da reorganização da limpeza pública da cidade em “moldes ecológicos”, realizada pela prefeitura entre 1994 e 1995, essa catadora, juntamente com mais oitenta trabalhadores do lixo foram removidos, contra sua vontade, do depósito que foi fechado para abrigar uma usina de seleção de lixo para reciclagem.

Parte desses trabalhadores foi abrigada provisoriamente (um ano) em uma creche desativada e posteriormente transferida para casas comunitárias cedidas (para uso, sem documentação de posse) pela prefeitura. A concessão dessas casas bem como todo processo de remoção foram realizados mediante normas/condições impostass pelo poder público com base, por sua vez, em noções padronizadas (nem sempre possíveis de serem acatadas) de higiene e comportamento. Removidos de seu local de trabalho e moradia, lançados aos braços assistenciais, destituídos de suas possibilidades de sobrevivência a não ser via caridade, os catadores viram-se diante de uma nova situação de exclusão social.

O conteúdo das próximas páginas revela as possibilidades de representações sociais positivas, formuladas do ponto de vista do excluído (muitas vezes considerado incapaz, sujo, desorientado em todos os sentidos) em detrimento de uma política marcadamente assistencialista e, por isso, reafirmativa da exclusão, direcionada aos catadores no momento da remoção. Apoiados no resgate da memória dos entrevistados, os relatos orais obtidos por entrevistas realizadas em profundidade com d. Lurdes¹ (incertos sessenta anos) revelaram, no universo cotidiano das relações sociais, o não explícito, o “indizível” (Queiroz, 1988), representações e significados do real muitas vezes elaborados no plano subjetivo, fundamentais para pensar a questão. Por memória entendemos, nesta pesquisa, elemento de coesão interna, “constituente do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p.204).

O caráter social que cada memória individual carrega define-se pela compreensão comum dos símbolos e pela comunhão de noções compartilhadas com os membros do grupo social. Desta forma, a reconstituição da trajetória de vida de uma única catadora de lixo que viveu as situações acima referidas nos leva a um universo regido por normas e valores que revelam, em particular, experiências positivas que se desencadeiam com base em sentimentos e lembranças recorrentes nas narrações que se aprofundam e elaboram gradativamente: “Só a flexibilidade, que é sinônimo de método, ... baseada num ‘trabalho’, num ‘olho sociológico’, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (Bourdieu, 1997, p.649).

Erros e dificuldades foram vencidos na busca desse olho sociológico, nas situações de entrevista com d. Lurdes, que se desenrolaram ao longo de várias tardes, coladas à dinâmica do cotidiano. A roupa para lavar, a comida no fogo, a novela na TV, as pessoas transitando, enfim, as situações espontâneas funcionaram como fios

¹. Nome real citado mediante autorização da entrevistada.

condutores de cada conversa, estimulando temas que iam sendo trabalhados de acordo com as diretrizes da pesquisa. Caminhamos passo a passo, pesquisado e pesquisador, no sentido da delicada construção de reconhecimento, respeito e interação fundamentais em uma relação carregada de evidentes diferenças sociais, culturais, étnicas.

Um olhar positivo: possibilidades da relação de pesquisa

A prática da investigação social dinamiza-se em referência à linha, ao caminho de comunicação traçados - na construção da postura metodológica - pela relação entre o cientista e o 'objeto' de seu conhecimento. Essa relação, que empresta o tom e a intensidade àquela linha é cuidadosa e constantemente delineada em meio ao jogo, muitas vezes tenso - foco central das discussões sobre conduta de pesquisa nas ciências humanas - entre objetividade e subjetividade científicas. Nesse jogo passa-se, de um ponto a outro, pela separação fria, radical, entre sujeito da investigação e 'investigado', preconizada pelo positivismo em busca da mais possível neutralidade axiológica ou pela postura engajada e comprometida do tipo "pesquisa-ação" (Thiollent, 1988).

Em crítica a posturas técnicas e inflexíveis imunes aos interesses e paixões - justificadas por condutas metodológicas autoritárias que, no universo da pesquisa, em nome do objetivismo, destituem de diversas maneiras o sujeito investigado de sua capacidade reflexiva e interpretativa de si e dos processos dinâmicos que regem sua existência, julgando-o passivo diante da investigação - as ciências humanas há algum tempo vêm ressaltando, com sensibilidade, a importância dos mecanismos e nuances dos envoltivos (político/subjetivo) preconizados no compasso da construção do conhecimento.

O ato do rompimento com a distância funcional entre sujeito e objeto põe em foco as tramas da pesquisa de campo, traz à tona a subjetividade do pesquisador - abandonada a idéia de sua onipotência em relação ao saber - revelando o quanto há de novo e inusitado nas relações interpessoais que fundamentam boa parcela das pesquisas no âmbito das humanidades. No entretrecho da observação etnográfica, nos meandros de cada entrevista, encontramos-nos diante de decisivas questões: como trabalhar metodologicamente o envolvimento? Qual

posição adotar entre os campos do conhecimento científico, do método, dos preceitos teóricos e da experiência de vida trazida na composição da investigação? As respostas elaboram-se como crítica ao observar seguro, distante, afirmando-se na direção do “observar (olhar) sociológico” (Bourdieu, 1997) que traz consigo as possibilidades de interrogação metódica e constante da realidade, da compreensão e sensibilização dos vários atos de uma pesquisa.

Não se trata, no entanto, de valorizar a observação comprometida, afetiva, em detrimento do referencial teórico, mas de equilibrar reflexão teórico-metodológica e sentimento, de trabalhar a inserção do significado e intenção do discurso dos atores envolvidos na investigação em seus contextos sociais. Trata-se de prestar atenção às condições em que investigador e investigado se encontraram e o lugar social que ocupam ou passam a ocupar nos trâmites da pesquisa. Focalizando os vários aspectos que compõe os processos de entrevista, podemos citar, em discussão a respeito da hermenêutica nas Ciências Sociais, a compreensão de um leve oscilar da cabeça ou um pequeno gesto com as mãos. Neste sentido, diversos autores nos remetem à questão explorando as distâncias culturais expressas nas palavras, maneiras, dicção, etc. convidando à reflexão sobre o que nos pode ser revelado nesse processo.

Estas questões estiveram vivas durante todo o percurso desta pesquisa impondo a necessidade de refletir seriamente sobre o trabalho que estava sendo realizado: procuramos refletir constantemente sobre a postura frente aos embates metodológicos, entender como a pesquisa de campo foi se transformando até a desconstrução do que havia preconizado nos primeiros projetos. O que há de mais revelador neste processo é a idéia de que nossa postura inicial – definida em relação a experiências anteriores de pesquisa muito diversas – modificou-se impulsionada pela intensa relação estabelecida com uma catadora de lixo.

Nas primeiras abordagens em campo, as identidades desses sujeitos ‘excluídos’ informavam-se em geral (e esta era a questão que nos incomodava) pela sua posição estrutural: excluídos de qualquer possibilidade de trabalho formal, estas pessoas encontram-se vivendo do que a sociedade expulsa como inútil e sujo, adjetivos muitas vezes

emprestados para caracterizar os próprios catadores. No decorrer da pesquisa, a visão afirmativa da exclusão, incapaz de entender o trabalho no lixo, dilui-se em face dos contornos mais subjetivos, próprios da abordagem etnográfica que possibilitou uma interpretação muito mais próxima da realidade daquelas pessoas, de suas estratégias e mecanismos de sobrevivência econômica e social.

Em campo²

Tratava-se do momento em que a remoção dos (as) catadores (as) de lixo havia alcançado sua última etapa como política pública de assistência: oito famílias das quais seis ligadas entre si por estreitos laços de parentesco e solidariedade ocupavam (num bairro predominantemente residencial de periferia - Parque Residencial São Paulo -, afastado cerca de 50 min. do centro da cidade) quatro casas térreas subdivididas, cada uma, em duas pequenas seções compostas de sala-cozinha (1 cômodo), banheiro e quarto, sem acabamento algum - sem piso, vidros das janelas, pias, louça de banheiro, massa corrida, pintura, luz. Essas moradias foram cedidas pela prefeitura mediante um acordo: dali em diante, como num encantamento, ninguém mais poderia estar embriagado, desempregado ou sujo, nenhuma criança fora da escola e mal vestida. Eram (e continuam sendo) exigências, que partem de uma clara concepção estética e higienizadora de reconhecimento social, mantidas pela Secretaria de Promoção Social para que as moradias públicas fossem (sejam) concedidas.

Até aquele momento, 19 de setembro de 1995 (data do meu primeiro contato com d. Lurdes), a magia não havia surtido seus efeitos sobre aquelas pessoas que, não podemos esquecer, representam apenas uma parcela dos (as) trabalhadores (as) que atuavam no lixão. Cerca de cinquenta pessoas, todas retiradas e posteriormente afastadas do antigo depósito encontravam-se/encontram-se nessas casas na mais absoluta precariedade, freqüentemente alcoolizadas, às portas alheias pedindo esmolas, trabalhando em fazendas de laranja ou cana, fazendo bicos de

² Neste trecho do artigo optamos pela construção em primeira pessoa por tratar-se da narração de uma experiência particular de pesquisa de campo que revela a impossibilidade da total distância/neutralidade entre sujeito e 'objeto' da investigação.

jardinagem e ‘carreto’, voltando ao depósito de lixo às escondidas com frequência, empregadas como servente de obras e faxineiras, compondo todos os problemas possíveis e imagináveis causados por repetidos processos de exclusão.

O primeiro contato com o universo das casas demarcou de forma decisiva minha postura de pesquisa, já orientada por visitas feitas anteriormente ao lixão: como realizar entrevistas previamente elaboradas dentro de um parâmetro metodológico definido, com um gravador e um roteiro de assuntos em punho? O que perguntar diante de tal cenário? Confesso que perdi a vontade de perguntar, senti-me intrusa, imobilizada, senti-me em uma posição desrespeitosa ali sentada na sala-cozinha diante de d. Lurdes - uma senhora negra, ativa, uma das primeiras catadoras a chegar ao lixão, há vinte anos atrás. Entendi com dificuldade, naquele momento, suas poucas palavras pronunciadas de forma muito rápida, em péssima dicção, num tom baixíssimo; apesar disso notei a receptividade no pão caseiro e café preto sem açúcar que me foram oferecidos. Naquela tarde - por volta das três horas de um domingo - diante daquela senhora cujos olhos fugiam dos meus, só conseguia pensar que felizmente não estava sozinha: Lena havia me conduzido à casa de d. Lurdes, dispondo-se a agir como interlocutora, buscando habilmente pontos comuns de diálogo, apresentando-me para que eu pudesse estar mais à vontade e minimamente ‘legitimada’.

Lena foi-me apresentada pela ex-vereadora Vera e tem representado, de certa maneira, os interesses ou os sentimentos dos (as) catadores (as); de certa maneira porque, como Vera nos relata, não havia a concepção de um grupo organizado, havia indivíduos que podiam contar com Lena no sentido de resistência. Ex-catadora filiada “há muito” ao PT, afastada do lixão antes do início do processo de remoção, Lena é uma interlocutora, na Câmara, do lugar de exclusão; aposta na organização como saída e com esse espírito prontificou-se a me levar ao Parque Residencial São Paulo, acreditando no meu interesse. Lena tem reunido esforços para envolver pessoas interessadas na questão, dispostas à compreensão da trajetória da situação social dos (as) catadores (as).

De ônibus, paramos em um ponto alto do pequeno bairro, de

onde pude observar quatro pequenas casas idênticas construídas lado a lado, sem cercas ou muros que as separassem umas das outras, numa rua um pouco isolada das demais. Logo que chegamos à frente da casa de d. Lurdes, Lena foi cumprimentada por duas mulheres que se sentavam à calçada de terra com suas crianças: perguntavam a meu respeito, mas não me dirigiam a palavra. Aos poucos outras pessoas foram aparecendo, curiosas, num movimento nítido de estranhamento em relação à minha presença: Lena também não sabia muito bem o que responder, pois havíamos nos conhecido naquela semana. Quando entramos na casa de d. Lurdes (Lena escolheu essa casa por seu grau de amizade com a família) minha primeira impressão foi agradável, apesar do meu estranhamento diante de toda atmosfera que envolvia aquela visita: a sala estava muito bem arrumada e vários enfeites preenchiam as paredes de cimento rústico sem pintura. Aquelas paisagens de folhas de revistas, flores de plástico, os quadrinhos antigos - todos objetos retirados do lixo - dizem bastante sobre a senhora que acabei conhecendo muito bem ao longo de várias conversas e que naquele dia mesmo me abriu, também por curiosidade, as portas de sua casa:

“Cê pode vir aí, a gente conversa, que às vez aparece gente assim que nem você, mocinha da igreja, gente que quer ajudar.”

A idéia de ajuda, relacionada a princípio ao auxílio material - só fui compreender mais tarde - contemplava mais amplamente um sentido de “reciprocidade” (Sarti, 1996) que ultrapassava a primeira impressão: o trabalho com populações pobres nos remete frequentemente a situações em que nos sentimos compelidos a ajudar - a expectativa de dinheiro, comida, roupa usada, etc. formada no início por d. Lurdes, pontuou essa relação de pesquisa mas não foi seu fundamento. À questão do retorno sob forma de ajuda estava associada uma postura de d. Lurdes: a de negociar comigo uma relação pessoal, numa espécie de classificação que supunha o reconhecimento de um valor atribuído a mim e, nesse movimento, colocando-se afirmativamente, em vários momentos, em relação ao meu ‘conhecimento intelectual’.

Essa postura possibilita a afirmação social quando centraliza as

experiências de vida obtidas, por um lado, com as dificuldades enfrentadas no âmbito da exclusão e, por outro, com a consagração da maternidade. Diante de experiências dessa natureza, minha formação acadêmica, como não é compartilhada, é lançada a segundo plano, em que se constata, por exemplo, a relatividade dessa afirmação:

“Já vi muita gente com diploma que não deu em nada também.”

E ainda:

“Mas você estuda nós aqui, eu converso, você é amiga minha, gosto de falar as coisas assim, é bom, mas o que você pode fazer? O que você sabe fazer? No que você trabalha, que estudar é outra coisa...”
(D. Lurdes, ago.1996)

Quando eu disse que já havia lecionado, que era professora, abriu-se um novo campo de mediação, estava sendo definida/reconhecida em relação ao meu ofício - entendido como atividade material e, portanto, concreta, em seu universo referencial. No seu entender, eu poderia, afinal, colaborar efetivamente³: a idéia partiu de d. Lurdes, que me pediu que ensinasse um neto de dezesseis anos a ler e escrever. Propus aulas de alfabetização ali mesmo, no bairro Parque Residencial São Paulo, somente para catadores adultos. Comecei a trabalhar em abril de 1997, durante duas horas por semana (dois dias), a partir das 19:00 h com um grupo de quatro pessoas: Nice, 20 anos; Márcia, 36; Roberto, 23 e Dimas, 16.

Nas aulas, seguíamos a orientação pedagógica do Método Paulo Freire e produzíamos nosso próprio material - temas familiares ao universo dos alunos, através dos quais pude estruturar e entender o universo de quem vive cotidianamente catando lixo. Esse grupo diluiu-se rapidamente nos primeiros dois meses em decorrência da fase difícil por que estavam

³. Desde o início optei por não pautar nossa relação pela ajuda material, apesar de ter colaborado com roupas usadas e algum mantimento que d. Lurdes transformava na hora em algo para me oferecer, como um bolo ou pão. Tomei essa decisão logo no primeiro contato, pois várias pessoas que estavam ali por perto me pediram de dinheiro para remédio e comida, quando sai à calçada para ir embora.

passando os catadores desde a remoção do lixão - sem emprego, proibidos de entrar no depósito de lixo. Houve, porém, várias aulas e ao final do ano chegaram, semi-alfabetizados, (começamos do ponto zero, com exercícios de coordenação motora, etc.) Márcia e Dimas. As aulas aconteceram, a princípio, na casa de d. Lurdes – dentre todas as casas dos alunos, a única com mesa e cadeiras - que me observava atenta enquanto conduzia suas tarefas domésticas ou ouvia, baixo, o rádio (sempre ligado) e assistia à televisão (a energia elétrica, d. Lurdes a havia ‘puxado’ de um vizinho através de um fio clandestino).

Em maio daquele ano conheci d. Lucide, antiga moradora do bairro (a respeito da qual falaremos adiante) e expliquei-lhe meu trabalho, citando as aulas de alfabetização. Ela então me sugeriu que aceitasse outros alunos, conhecidos do bairro que poderiam ter interesse⁴. Eu aceitei recebê-los depois de consultar o grupo inicial, mas solicitei um outro local para os estudos. Um mês depois d. Lucide havia organizado um pequeno espaço - com lousa e carteiras - no salão da igreja. Meus “alunos catadores” não simpatizaram com a idéia de ir ao salão para as aulas, pois não costumam participar da vida do bairro, nem mesmo caminhar por ele. Como o grupo já estava muito instável e haviam surgido nove alunos do bairro muito interessados, optei por continuar o trabalho com Dimas e Márcia, na casa de d. Lurdes enquanto fazia minhas observações, e trabalhar sem objetivar a pesquisa, com o outro grupo. As despesas - basicamente a locomoção - eram minhas, mas o grupo de moradores do bairro que estava freqüentando as aulas fez questão de reunir dinheiro para a compra de cartelas de passes de ônibus e a eles agradeço sinceramente por terem colaborado com o trabalho de campo.

Ministrar aulas possibilitou-me uma proximidade com o bairro Parque Residencial São Paulo - estava ali toda semana - e efetivou minha relação com d. Lurdes e com os catadores, afinal eu era para eles a professora de alfabetização e minha imagem ancorava-se em algum ponto de seu universo. Mais do que isto, as aulas revelaram-se um exercício de paciência em relação à escuta, funcionaram na minha lenta e cuidadosa

⁴. É pertinente ressaltar que d. Lucide se empenhou muito, indo de casa em casa em minha companhia para anunciar as aulas de alfabetização. Esse fato revela muito da atuação dessa senhora que se dedica há muitos anos à assistência comunitária.

entrada em um mundo de referenciais distintos, de pessoas muito “duras” e de poucas palavras, no primeiro contato⁵. Essa experiência fez com que minha compreensão e senso de realidade – a realidade ‘nua e crua’, da qual muitas vezes nos afastamos no mundo acadêmico – fossem aguçadas pela vivência compartilhada. O espaço da pesquisa de campo transformou-se em espaço efetivo de trocas, onde muitas vezes recebi conhecimento ao invés de fornecê-lo. Nesse sentido podemos ver o quanto há de pessoal e subjetivo no decorrer do processo científico, o quanto é necessário interagir, afastando a idéia de objetividade técnica, para que possamos compreender e aprender.

De fato, havia dias em que eu saía de lá acreditando saber muito pouco da vida e era assim que nossa relação de pesquisa se invertia, a cada conversa, a cada aprendizado: d. Lurdes passou, num certo momento, a ensinar-me o que sabia fazer: pão, atrelar o cavalo à carroça, lidar com o fogão à lenha, sempre cuidando para que eu não me machucasse ou me sujasse, pois “não estava acostumada”. Tudo o que fazia, narrava sob forma de instruções ou conselhos, sempre referindo-se ao fato de que eu era muito nova, solteira, não tinha filhos e, por isso, não podia saber de muitas coisas. A cada conversa que tínhamos, a estrutura de suas frases - no início bastante desconexas e breves - sua voz e dicção ampliavam-se, num progressivo aperfeiçoamento.

Estava claro que sua experiência de catadora delineava, neste quadro, uma forma positiva: o “estar calejada pela vida” tinha um tom de sabedoria cotidiana, do “saber se virar”, do ser forte e “agüentar muita coisa”. A idéia da força psicológica, em especial, era um valor que se entrelaçava à questão da força física: muitas vezes ouvi que rico não se alimentava bem, que o feijão é que dava a “substância” para lidar com o trabalho mais pesado⁶, e que eu sou muito “magrinha e branquinha” (e

⁵. Optei por não propor entrevistas a Dimas e Márcia, muito por perceber que em nossa relação de professora e alunos, bastante específica, não havia espaço para tal possibilidade.

⁶. Zaluar (1982) aponta o fato de que a comida funciona como “um dos principais veículos através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição.” Além do significado de uma clara distinção entre “comida de pobre” (arroz, feijão, carne) e “comida de rico” (verduras, legumes, frutas, etc.), seu trabalho traz considerações acerca das diferenciações entre os próprios pobres - “se o pobre é aquele que trabalha para comer, mas tem saúde, tem força para trabalhar, então pobre mesmo é quem não tem saúde, não tem comida dentro de casa, tem que pedir esmola”.

portanto frágil, em vários sentidos) - adjetivos entendidos como desvantagem em relação à sua estrutura física, bastante sólida, ao seu mundo onde tudo é difícil, penoso e requer muito esforço.

No início essas situações causavam-me uma enorme preocupação: quase nunca conseguia fazer perguntas, pois as conversas eram sempre conduzidas por d. Lurdes o que, com o tempo aprendi a respeitar e depois compreender para compor a pesquisa de campo, num processo bastante demorado. Durante os três primeiros meses, em minhas visitas semanais, quase não conversávamos - eu a observava em seus afazeres com a casa e eventualmente tecia algum comentário. Ela por sua vez tratava-me como visita, sempre oferecendo algo para comer, quando tinha, como pão, cana-de-açúcar, laranja.

O ato de oferecer comida era realizado com orgulho, uma forma de receber com cortesia e educação; por isso muitas vezes eu levava os ingredientes para que d. Lurdes fizesse um pão ou bolo, para que pudéssemos tomar o café da tarde, dessa forma ela poderia continuar a me receber com a dignidade requerida por um dos principais valores de seu código de conduta diante da pobreza extrema: não pedir esmolas. D. Lurdes não gostava da idéia de que suas filhas “saíam pelo bairro pedindo”:

“As menina, elas pedem, fala - vamo mãe, vamo lá? Eu não vou, que eu não tenho coragem, no tempo da gente a educação não era essa.” (Março, 1998)

Nesse ritmo, os seis primeiros meses de pesquisa, desde a data em que fui apresentada a d. Lurdes, passaram-se sem que eu tivesse conseguido saber sequer os nomes, idades, estado civil, filiação, datas de nascimento: os dados que costumamos considerar preliminares na ficha dos entrevistados (nesse caso, que ficha?) sempre foram muito difíceis de obter. Podia-se conversar horas sobre os mais variados - e às vezes íntimos - assuntos, mas especificamente a respeito da intimidade, as respostas eram sempre vagas:

“Tenho um tanto de neto, uns já grande que nem aquele ali que cê tá vendo sentado na calçada, outros pequeno, tenho mais neto pequeno.” (D. Lurdes, abr. 1997)

“Tenho aqueles filho aí que cê tá vendo, ó, os pequenininho ali, o menor vai ser corinthiano que já vou ver uma camisa por aí, o outro é meio quieto, não sei se vai jogar bola, não...” (Sandro, abr. 1998)

“Tô grávida do terceiro, mas por quê você quer saber a idade dos outro?” (Rosana, mar. 1997)

Aos poucos ficava claro que perguntas diretas, feitas sob forma de questionário, não funcionavam e eram consideradas agressivas, pois se aproximavam de procedimentos formais realizados em geral por assistentes sociais, missionários religiosos, políticos, etc. Esse fato se esclarece na esteira do resgate - delineado nas próximas páginas - dos embates políticos, travados na ocasião da remoção dos (as) catadores (as), e transforma-se em informação:

“Sabe que essa coisa de entrevista, de responder questão, não gosto, não quero. Os questionário que quer saber da nossa vida, igual fizeram um tanto de vez no lixão, que não sei pra quê, nunca respondi. Não saio perguntando dos outro. A gente aqui conversa, eu gosto de sentar aqui com você e falar, mas ficar contando número disso e daquilo, pra quê? Depois eu te falo, se fazer questão, eu te falo, viu, menina? (D. Lurdes, mar. 1998)

Desisti de perguntar e, numa inversão de papéis, saí do meu lugar de entrevistadora e posicionei-me como simples ouvinte compreendendo que o fato, muito mais importante que os dados em si - no início consideravao procedimento falho, como se tudo fosse ficar incompleto por faltarem informações tão básicas (até os nomes foram difíceis de organizar) - afirmava posturas, revelando sentimentos importantes a respeito dos processos políticos e de ajuda, presentes em momentos marcantes da trajetória daquelas pessoas, como a retirada do lixão e estadia transitória em uma creche desativada, seguida da remoção para o bairro periférico onde realizei a pesquisa com d. Lurdes.

Uma possível explicação desse fato diz respeito às assistentes sociais ligadas à prefeitura que, através de suas perguntas, exercitam por vezes a autoridade através de seus parâmetros classificatórios “ideais”

de comportamento. As “mães catadoras” não gostam de atendê-las quando vão inspecionar as crianças para verificar peso, saúde/higiene e ingresso em creches ou escolas porque têm a consciência de que estão vivendo em uma ‘situação irregular’, porque, por exemplo, não matricularam seus filhos na escola: (o bairro Parque Residencial conta com uma creche municipal e uma escola estadual de primeiro e segundo graus), porque andam mal vestidas e, muitas vezes, alcoolizadas.

Recentemente houve um ressurgimento dos debates sobre catadores de lixo e os catadores (as) que residem no Parque Residencial São Paulo passaram por mais uma fiscalização que inclui avaliações de higiene, saúde e conservação dos imóveis. Os resultados negativos de tal investigação colocam aquelas famílias sob ameaça de um novo despejo: a Secretaria de Promoção Social alega - como podemos observar no artigo de jornal editado em nov. 98, anexado às páginas finais deste trabalho - falta de higiene e degradação das casas, desemprego e alcoolismo.

Evidencia-se, nesse caso, a ineficácia desse tipo de assistência, que propõe apoio sem respeito às individualidades, às particularidades inscritas na história de vida de cada um, cuja única contrapartida é levar as crianças para abrigos, instituições de menores, longe da família - muitas delas mal cuidadas, sim, mas tal compreensão significaria um primeiro passo na busca de saídas mais efetivas, que possam lidar com essa gama enorme de problemas que envolvem a questão da exclusão social.

Quadro 1: Depoimento de Ondina (filha de d. Lurdes)

“A assistente vem, fica perguntando, reparando em tudo, entra na casa da gente - tá certo que a gente deixa - entra e vai marcando num caderno assim, depois sai e diz que as criança precisa de escola, que senão vai levar as criança embora...”

- Alguma criança sua já foi levada embora?

“Não, que eu não deixo, aqui ninguém ia deixar, elas fala isso pra assustar a gente”

- Vai ver, elas querem ver as crianças bem, na escola. Se estiverem na escola, tudo bem?

“Tá certo, tá certo, mas filho é melhor ficar com a mãe, viu? Você tem filho? Olha, lá pra onde eles levam, não sei onde é, se era bom, as criança não fugia, que eles foge, viu? Eles foge se já tá meio grandinho, volta pra mãe.”

-Não tenho, não...

“Eu sei! Eu digo que é diferente quando é mãe, pode saber que falta as coisa pro filho, mas quer a criança perto. Eu sinto assim, é o meu sentimento.”

(05 mai., 1998)

Os últimos parágrafos deste depoimento colocam a experiência da maternidade como mediação para o reconhecimento: as primeiras perguntas que d. Lurdes e suas filhas me dirigiram foram a respeito do meu estado civil de ter ou não filhos. Afinal, haveria alguma identidade, já que estava conversando com mães - em vários momentos da pesquisa essa questão apresentou-se sob diferentes formas, como uma experiência que eu não possuía, apesar de estar na faculdade.

Optei, afinal, por uma observação empírica dos filhos e netos de d. Lurdes: entre uma entrevista e outra - sempre realizadas em sua casa - passei a observar o fluxo de pessoas e a prestar atenção a informações isoladas em frases e conversas, em atitudes, olhares... Os dados apresentados neste trabalho partem dessa observação e são construídos com base em conversas cotidianas sobre a comida, o tempo, a vida... Aqui e ali, entre uma fala e outra, o trabalho de reconhecimento das informações foi de garimpagem - muitas vezes ainda tenho a impressão de não ter encontrado tudo o que podia. Tudo me foi oferecido pelas pessoas que pretendia conhecer e em nenhum momento fiz uso do meu “poder de entrevistadora”, a exemplo da utilização do gravador: não deveria usá-lo e certamente nada me seria revelado se insistisse na idéia. Não era receio da gravação, era o tom formal que esse instrumento de pesquisa representava aos olhos de d. Lurdes, era como se eu só estivesse ali para gravar seu depoimentos, não para ouvi-la; exercitei sobretudo a prática da escuta a partir das diretrizes traçadas na relação da pesquisa.

E é aqui que essa pesquisa se desdobra e emerge como crítica em

potencial às práticas que impõe saberes, deveres, e o “dever ser” como fatores forjados o tempo todo exteriormente como políticas beneficentes, saídas miraculosas estabelecidas em prol dos excluídos. D. Lurdes não se deixou nunca entrevistar, esteve o tempo todo opinando, colocando-se, descrevendo-se, desenhando seu mundo de forma positiva para que eu pudesse, por fim, entendê-la como sujeito, em seus valores e posições diante da vida que se transformavam em conselhos vindos de uma pessoa mais velha para uma ‘menina’.

As primeiras perguntas e avaliações - minha idade, estado civil, bairro de residência, forma de residir, número de cômodos de casa, posses materiais, número de irmãos, situação civil de minha mãe, etc. - foram feitas por d. Lurdes, a fim de traçar um perfil daquela que, afinal, estava ali pesquisando seu mundo. À medida que d. Lurdes analisava meus comportamentos, avaliava minha situação econômica, minha experiência de vida (incluindo-se aí todo o conhecimento que “só a vida ensina”) e minha postura diante de determinados assuntos, geralmente “femininos” (família, sexo, namoro, doença, filhos, etc.), eu estava sendo simbolicamente classificada. Nessa via de mão dupla estabelecida a cada entrevista, ela se expôs, se incluiu, afirmando um lugar social que lhe foi (e é) constantemente negado.

Esse trabalho de desconstrução de uma postura de pesquisa inflexível (eu poderia ter desistido diante das primeiras dificuldades de comunicação) possibilitou a tomada de um lugar de inclusão por parte do sujeito classificado como excluído - a exclusão estabelece-se, assim, como um movimento referencial - a sociedade exclui, mas o sujeito, através das possibilidades encontradas, assume um papel de resistência. As falas de d. Lurdes nos revelam mais do que informações para a elaboração do pano de fundo da questão; a análise da postura adotada em relação à pesquisa, em geral uma relação de imposição, nos revela a outra ponta, o lado da pretensa exclusão. Todo o processo de remoção dos (as) catadores (as) descrito neste trabalho mostra, na voz dos entrevistados, essa relação, os mecanismos de exclusão implícitos em medidas políticas de caráter assistencial, em diálogo com a busca de afirmação do lugar social através do resgate do trabalho no lixão como valor positivo.

Conclusão

Dos principais caminhos de investigação traçados em 1994 emergiram, nos movimentos muitas vezes “espontâneos”, subjacentes à própria pesquisa, diversas trilhas pelas quais me permiti caminhar. Às perguntas centrais a respeito das identidades dos (as) catadores (as) somaram-se inúmeras outras, como pontes estendidas à compreensão das primeiras questões. Como se as respostas fluíssem gota a gota, contidas, possibilitando a realização de uma interpretação gradual. No projeto inicial havia uma discussão teórica a respeito de diversas acepções da ampla expressão exclusão social, entretanto não havia dinâmica, porque os debates permaneciam fechados em si mesmos; não havia a outra ponta para o estabelecimento do diálogo - o ponto de vista da exclusão. Os impasses do trabalho de campo, que muitas vezes entendemos como simples procedimento metodológico, como fase da pesquisa a ser trabalhada posteriormente, à luz de questões teóricas “maiores”, paradigmáticas, conduziram a uma constante reflexão acerca do que planejamos enquanto pesquisadores e do quanto temos de flexibilizar diante de um objeto de estudo que pulsa, vivo, e se revela de maneiras que não poderíamos antever. Penso que a visualização do trabalho apresentado aqui inicia-se no ponto em que me lancei ao trabalho de campo. Não trato disso, entretanto, com a atitude do feito heróico, mas em tom de humilde descoberta - as entrevistas e a relação com os diversos agentes que colaboraram para a realização deste trabalho fizeram com que as idéias, antes estáticas, circulassem em intensos fluxos de novas propostas que procurei respeitar em detrimento das posturas pretendidas inicialmente.

As conclusões mais gerais - retiradas da vivência proporcionada por essa pesquisa - insinuam-se como crítica a uma limitada concepção dos excluídos sociais, abrem-se à percepção dos movimentos de inclusão preconizados por estes sujeitos em diversos momentos de sua trajetória. Suas concepções de trabalho, saúde, cotidiano, dialogam com as políticas públicas que lhes foram impostas nesse contexto específico e afirmam: somos sujeitos sociais, temos nossos princípios, nossa moral, nossa “etiqueta”, nossas expectativas, nossos sonhos; mas também absorvemos estigmas e prenoções fundamentadas por uma compreensão fragmentada,

objetiva e utilitária da pobreza. Entregamo-nos aos diferentes momentos das trocas sociais - tornamo-nos carentes, necessitados, passíveis e passivos esperando, nessa via de reconhecimento, que os alimentos e agasalhos cheguem logo. D. Lurdes afirma, com aparente ambigüidade, seu orgulho em não pedir esmolas e seu profundo lamento por não obter mais a ajuda que sempre vinha na época do lixão. Numa ponta e noutra constrói-se o diálogo social - as formas de mendicância e recorrência a situações de ajuda são construídas com referência à relação estabelecida entre quem ajuda e quem é ajudado:

Vistos socialmente como desocupados ou mutilados sociais, mas orientados por valores recorrentes e predominantes na sociedade, partes constitutivas da cultura e da identidade dos trabalhadores, por questões de *ethos*, devem justificar a suposta vagabundagem ou o afastamento do dever social de trabalhar e se tornar um provedor. Devem teatralizar a suposta opção ... pelo descompromisso ... (Neves, 1995)

Àquilo que d. Lurdes denomina e concebe como destino (quando se refere à vida dura no lixão) estão associados sucessivos processos de exclusão e inclusão - de uma infância até certo ponto estruturada, que se vale de uma 'boa criação' aos descaminhos a que a miséria, corroborada em diversas etapas e graus, pôde levar: são vinte anos à cata de lixo, filhas alcoólatras, que saem pedindo esmolas, filhos doentes, desempregados... Em alguns momentos d. Lurdes culpa o destino, em outros acusa o ex-marido e um casamento que não lhe garantiu segurança e lhe acrescentou perdas e preocupações. À parte de tudo, no entanto, sua trajetória revela-se positiva em muitos pontos, pontos abastecidos nos espaços criados de expectativas, planos e reflexões: d. Lurdes é uma mulher que se "preocupa muito consigo", é vaidosa, orgulha-se de sua saúde e aparência física, se preserva à medida do possível e se coloca, tacitamente, no decorrer dos diálogos aqui reproduzidos. Cuida de si, da casa, dos poucos pertences materiais que possui e planeja - planeja mudar-se ou reformar a casa; planeja impulsionar sua vida com os artifícios que a ajudarão a driblar suas constantes dificuldades. E dessa forma, tem vivido a disputa cotidiana, não apenas por viver, como um "bicho" ou uma pessoa totalmente desorientada. Seu sentido de orientação constrói-se, em parte, de acordo com referências por vezes incomuns, mas é

imperativo que possamos entender e respeitar os compassos internos daqueles – tão iguais a nós mesmos - a quem chamamos excluídos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (Coord.) *A miséria do mundo*. 1 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- KOWARICK, L. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, v.5(2), abr./jun., p.2-8, 1991.
- NEVES, D. P. A miséria em espetáculo. *Serviço Social e Sociedade*, nº 47, abril, 1995, p. 13-45
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. v. 3(10), p. 200-214, 1992.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do 'indizível ao 'dizível'. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, p. 14-44, 1988.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 1 ed., São Paulo: Autores Associados, 1996.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.
- ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Por Maria Suely Kofes e outros. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.159-184.